



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O MÉTODO MONTESSORI E A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA PARA O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Dayane Kerly Borges Teixeira
Priscila de Sousa Barbosa

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA – dayane_kerly@hotmail.com
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA – priscila.sousa.barbosa@hotmail.com

Resumo

A amplitude das discussões de uma educação infantil inclusiva, a busca por definir os apoios para o atendimento da criança com deficiência intelectual e a nova obrigatoriedade da faixa etária da educação básica válida a partir de 2016, propõem a operacionalização de práticas para a efetivação dos princípios de educar e cuidar centrados na criança. O Método Montessori, um dos grandes defensores dessa posição, se baseia em ações que visam práticas sustentadas nesses princípios e na autonomia da criança. Partindo disso, buscou-se: analisar a importância da operacionalização do Método Montessori para a formação de professores que atuam com alunos com deficiência intelectual. E como problemática: qual a importância da operacionalização do Método Montessori para a formação de professores que atuam com alunos com deficiência intelectual na educação infantil? Para a investigação desenvolveu-se uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados optou-se pela observação não participante e a aplicação de questionário. Como participantes, 15 professoras que atuam na educação infantil em que há alunos com deficiência intelectual. Como resultados, observou-se que algumas professoras não tinham formação adequada para atuar na educação infantil e com alunos com deficiência intelectual, por conta disso, elas têm dificuldades em trabalhar em uma perspectiva de educação infantil inclusiva, principalmente na utilização dos recursos. As professoras apontaram que a operacionalização do Método Montessori favorece o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e o uso dos recursos e dos ambientes podem facilitar a aprendizagem de crianças que apresentam deficiência intelectual.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Palavras-chave: Método Montessori. Educação Infantil Inclusiva. Alunos com deficiência intelectual. Formação de Professores.

Introdução

A Educação infantil, primeira etapa da educação básica passa por uma reestruturação das políticas educacionais mediante a obrigatoriedade do ensino entre os 04 e 17 anos segundo a Emenda Constitucional nº59/09 e por uma revisão de práticas para atuação dos professores quantos aos princípios de educar e cuidar dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010).

Nessa reestruturação das políticas para a oferta e permanência na educação infantil encontra-se um aspecto que chama atenção no que tange a educação de crianças com deficiência inclusas neste nível e a forma em que estão sendo oferecidos os apoios educacionais para este grupo de alunos e principalmente, para alunos com deficiência intelectual, hoje o maior público de alunos com deficiência atendidos pelas escolas da rede pública e particular.

A perspectiva de uma educação infantil inclusiva busca então conceber um ensino centrado no aluno, naquilo que ela é capaz de fazer, propondo-se à superação do déficit a partir de um ensino estruturado, dinâmico, baseado no uso de recursos concretos e que perceba o aluno de uma forma holística.

Entre os estudiosos que propõe uma educação centrada na criança, a concepção educacional de Maria Montessori sem dúvida é um marco para este princípio, visto ser esta uma concepção que enfatiza a proposta de uma escola ativa e de um ensino estruturado a partir de um modelo centrado no processo e, não apenas no resultado que os alunos deveriam ter ao final de cada ano escolar. A proposta de Maria Montessori para a educação de crianças pequenas propõe a autonomia e a liberdade do aluno, aspectos estes que também são defendidos na perspectiva de educação especial inclusiva como prevista em Brasil (2008).

A partir de seus estudos realizados na área médica, Montessori acabou por adentrar no campo educacional e passou a ser uma das principais representantes do movimento da Escola Nova, visto que ela acreditava que o modelo da escola tradicional, existente na época, não seria capaz de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

escolarizar com qualidade toda a população que precisava de escola, principalmente as crianças. E, a partir disso, a médica italiana propõe em um modelo de sistema que atendesse a necessidade dos alunos.

No que diz respeito ao método, Ferrari (2008, p.32) aponta que para Montessori, “seu método não contrariava a natureza humana e, por isso, era mais eficiente do que os tradicionais”. Colocava que o professor necessitava de uma formação específica para este método, pois ao contrário de outras metodologias, nesta o educador não é tido como figura central do processo de ensino-aprendizagem, ele serve mais como um observador e atua como auxiliar da aprendizagem quanto facilitador da cooperação.

A proposta de um ambiente dedicado à educação de crianças pequenas visa oferecer aos alunos um espaço para a aprendizagem específica de habilidades funcionais que lhe são necessárias para adquirir princípios de autonomia e pela busca das potencialidades da criança e não apenas centraliza-se naquilo que a criança não consegue fazer, pressupostos estes também observados no atendimento educacional especializado de pessoas com deficiência intelectual previsto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e também discutidos por Silvestrin (2012).

Mediante estas questões, o interesse por esta pesquisa surgiu a partir do contato com a aplicação do Método Montessori no atendimento de alunos com deficiência em uma escola da rede particular de ensino na cidade de São Luís/MA. Optou-se por tratar apenas do atendimento do aluno com deficiência intelectual por nos chamar a atenção a grande demanda de matrículas destes alunos na rede de educação de São Luís/MA, e por segundo dados da rede municipal no ano de 2013, foram atendidos 1069 alunos com diagnóstico de deficiência intelectual (PREFEITURA SÃO LUÍS, 2013).

Acredita-se que esta temática seja relevante para o meio acadêmico por conta da amplitude das discussões de uma educação infantil inclusiva e por conta da nova obrigatoriedade do ensino entre os 04 e 17 anos segundo a Emenda Constitucional nº59/09, obrigando os pais a matricular seus filhos e forçando os municípios a avançarem na oferta e manutenção da Pré-escola (BRASIL, 2009).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A partir disso, se propôs como problema para a pesquisa: qual a importância da operacionalização do Método Montessori para a formação de professores que atuam com alunos com deficiência intelectual?

Supondo-se como hipótese que a operacionalização do Método Montessori contribui para que os de professores que atuam com alunos com deficiência intelectual e como objetivo geral: compreender a importância da operacionalização do Método Montessori para a formação de professores que atuam com alunos com deficiência intelectual.

Metodologia

Para a investigação desenvolveu-se uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados optou-se pela observação não participante e a aplicação de 01 tipo de questionário que continha 03 blocos de perguntas. O Bloco I tratava das questões relativas à caracterização dos participantes da pesquisa, tentando descrever as principais características de cada participante, perguntando sobre suas idades, sexo, formação, tempo de experiência com a docência na educação infantil e tempo de experiência com a docência com alunos com deficiência intelectual.

No Bloco II, indicou-se quanto à caracterização quanto ao atendimento dos alunos com deficiência intelectual, questionando-se qual nível/modalidade em que você atua na escola em que trabalha com alunos com deficiência intelectual, a formação específica para atuar com alunos com deficiência, transtorno e altas habilidades e superdotação e transtornos funcionais específicos; quantos alunos com deficiência, transtorno e altas habilidades e superdotação e transtornos funcionais específicos possuíam em sua sala; e quantos alunos com apenas deficiência intelectual tem em sua sala.

Escolheram-se como participantes, 15 professoras que atuam na educação infantil em que há alunos com deficiência intelectual. Destas, 05 professoras de uma escola da rede particular de ensino, denominada Escola A, 05 professoras de uma escola da rede particular de ensino, denominada Escola B e 05 professoras da Escola C, a qual pertence à rede municipal de ensino.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Resultados e discussão

Em relação à caracterização das escolas em que se deram a pesquisa, a Escola A, atende os três níveis da educação básica, desenvolve um trabalho específico para alunos com deficiência e adota o Sistema Montessoriano. A Escola B que atende os três níveis da educação básica, desenvolve um trabalho específico para alunos com deficiência e adota o Sistema Montessoriano. A Escola C atende dois níveis da educação básica, porém a escola possui dois prédios, uma para atender a educação infantil e outro para atender o ensino fundamental. A Escola C também desenvolve um trabalho específico para alunos com deficiência, que é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncional, esta escola não adota um método específico, por conta do princípio de autonomia da escola pública.

Quanto aos dados coletados no Bloco I pode-se coletar que todas as 15 participantes atuantes na educação infantil eram do sexo feminino, sendo que 02 professoras têm entre 20 e 25 anos, 04 entre 26 a 30 anos, 05 entre 31 a 35 anos e 04 com mais de 36 anos de idade.

Quanto à formação em nível de graduação 14 das professoras são formadas em pedagogia e apenas 01 tem outra licenciatura. Sendo possível observar o cumprimento do Artigo 62 da Lei 9.394/96 atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que trata da formação dos professores para atuar na educação infantil (BRASIL, 1996).

Quanto a experiência em tempo de docência na educação infantil destas professoras, viu-se que 07 professoras tem cerca de 05 anos de atuação, 02 professoras tem de 06 a 10 anos, 02 tem de 11 a 15 anos, 01 tem de 16 a 20 anos e 03 professoras com mais de 21 anos de docência.

Em relação ao tempo de experiência com a docência de alunos com deficiência intelectual: 08 professoras atuam há 05 anos e 07 professoras de 06 a 10 anos.

No Bloco II, se questionou as professoras aspectos relativos à aplicação do Método Montessori. Ao questionadas sobre qual a abordagem pedagógica que você segue na escola que trabalha, todas as professoras das Escolas A e B afirmaram utilizar o método montessoriano. Já na Escola C, 01 professora disse que a escola tem base tradicional, 02 professoras afirmaram que a escola é Construtivista e 02 afirmaram que a abordagem de sua escola é sócio interacionista. Acredita-se que estas diferentes afirmações entre as professoras da Escola C, dar-se por conta da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

educação pública ser autônoma e cada professora ter a liberdade para trabalhar a tendência mais conveniente.

Quanto aos aspectos relativos à aplicação do Método Montessori, Antunes (2005) lembra que para o educador ser considerado “montessoriano”, precisa atender algumas características, sendo que em suas práticas se destacam pela observação; por não falar muito, pois o que mais importa é o silêncio; não ser orgulhoso; deve ser equilibrado para que passe esse equilíbrio para as crianças.

De acordo com Röhrs (2010) Montessori analisando o comportamento das crianças, estabeleceu uma organização a partir dos estágios de desenvolvimento da criança, em que o primeiro período se dá do nascimento até os seis anos de idade e esse momento está subdividido em mente absorvente inconsciente (0 a 03 anos) e mente absorvente consciente (03 a 06 anos).

Antunes (2005) reforça que é na primeira fase que acontece quando a criança internaliza tudo o que está ao seu meio, é nesse momento que é construído os aspectos psicológicos da criança, que envolve sua cultura, primeira língua, personalidade, etc., que será influenciada pelo meio e em que a criança receberá estímulos e aprenderá inicialmente por imitação.

No segundo período ou fase intermediária se estende dos (06 aos 12 anos) e o que se pode destacar aqui são as mudanças psicológicas e físicas. É nesse momento também que a criança vai aprender a desenvolver sua postura ética e agir em conformidade com a moral e fazer uso dos seus valores. Outro ponto de observação desse período é que a criança começa a sentir a necessidade de fazer atividades juntos com os colegas e procurando sempre socializar-se.

No terceiro período, Antunes (2005) lembra que Montessori apontava que esse período além de perigoso é difícil para a pessoa, visto que é nesse momento que o indivíduo começa a desenvolver a consciência crítica e reflexiva, pois é marcado pela puberdade e adolescência, saída da fase infantil e entrada na penúltima fase do desenvolvimento humano, é que o indivíduo vai começar a escolher suas amizades por conta de afinidades. É nessa fase também que o adolescente passará por inúmeras transformações.

Antunes (2005) e Röhrs (2010) lembram que com a intenção de contribuir significativamente para o desenvolvimento de cada criança, Maria Montessori, adentrou no campo da psicologia do desenvolvimento, da qual era sua base teórica e prática de sua metodologia, em



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que realizou pesquisas e criou materiais que pudessem ser trabalhados com os alunos e propôs a organização de cinco ambientes para se trabalhar áreas específicas para o desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Quanto ao conhecimento/contato com o sistema montessoriano, todas as professoras da Escola A e B afirmaram que conhecem e trabalham cotidianamente. Na Escola C, 02 professoras disseram conhecer e não utilizar, 01 professora disse ter apenas conhecimento prévio, mas não trabalhar com o método, 02 professoras disseram não conhecer nada desse método.

Esse conhecimento/contato com o sistema montessoriano mesmo que de forma superficial está também ligado aos estudos iniciais da psicologia infantil e da necessidade de se pensar em materiais próprios para essa faixa etária. MANACORDA et al. (2002, p.307) lembra que o princípios desse sistema se baseavam na “observação científica de comportamento infantil, a liberdade deixada à criança de usar esse material para uma descoberta do mundo não cultural e, contudo, livre”, fazendo assim referência a propósito de Montessori que procurou adaptar a sala de aula de uma forma que ela fosse voltada para a criança, onde principalmente nas turmas de Educação Infantil, existissem inúmeras prateleiras e estantes com vários materiais pensados para desenvolver as habilidades e conhecimentos dos alunos.

Sobre a quantidade de salas ambientes nas escolas pesquisadas, nas Escolas A e B as professoras apontaram que existem em cada uma de suas escolas 05 salas ambientes. A Escola C, não possui sala ambiente.

Segundo a Organização Montessori do Brasil (2010), a importância das salas ambientes pensadas por Montessori além da organização de cantinhos e seus materiais específicos está no objetivo de organização pedagógica para auxiliar o desenvolvimento da personalidade de cada criança, sendo que todo movimento realizado dentro de uma sala ambiente é feito de cima para baixo e da esquerda para a direita.

A Organização Montessori do Brasil (2010) coloca que Montessori fez referência às leis da natureza e a estreita relação entre ambiente e sociedade, identificando-a como responsável pela harmonia da vida, tornando possível sua evolução e crescendo-se ao homem, as conquistas da humanidade. Por isso, na Educação Cósmica deverão ser disponíveis materiais concretos e o objetivo deles é estabelecer conexões entre o estudo dos cosmos, natureza e também como universo,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

em que essa disciplina, buscaria explicar aos alunos que no universo, tudo tem uma ordem específica e também que todo elemento tem sua função e eram importantes.

A perspectiva da Educação dos Sentidos ou Sensorial tem por objetivo contribuir de maneira racional para o desenvolvimento da criança às sensações e também dos sentidos. Porque, seria a partir dessa disciplina que os alunos desenvolveriam conceitos de objetos que podem ser grande ou pequeno, alto ou baixo, pesado ou leve, pois é um material sensorial é construído por uma série de objetos agrupados segundo uma determinada qualidade dos corpos, tais como cor, forma, dimensão, som, grau de aspereza e temperatura.

Na Educação Matemática, os materiais seriam de suma importância para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da aquisição de conceitos importantes e também para adquirir a noção de número, das operações básicas etc. Montessori (1965), acreditava que as crianças tinham aptidões especiais de espíritos para a aprendizagem da matemática e em decorrência desse pensamento, o ensino da matemática em suas escolas começava antes da criança estar em idade escolar.

A linguagem é uma área muito importante e representativa dentro do contexto do sistema de desenvolvido por Montessori, visto que sua pedagogia consistia em preparar o indivíduo para a alfabetização. Por isso, ressaltar o uso dos materiais para a ênfase na escrita e a fonética, uma vez que todo movimento realizado durante o momento de trabalho acontecia da esquerda para a direita por conta do movimento da escrita e era trabalhada também a associação dos sons dos fonemas as suas formas gráficas e, as crianças eram alfabetizadas somente na letra cursiva porque para Montessori, letra é personalidade.

A Vida Prática seria a disciplina que trabalha a autonomia da criança, porque é através dela que a criança obtém noções referentes aos cuidados consigo mesmo e com o meio. O interessante observar nas atividades da vida prática é que o ambiente é preparado de acordo com a realidade, onde a sala é dividida em cantinhos e o aluno tem fácil acesso aos materiais e suas atividades são todas do cotidiano, fazendo que o aluno desenvolva a motricidade através do movimento.

Uma característica das salas de aula montessorianas é que todas possuem um traçado no chão denominado linha, que tem como objetivos além de fazer que a criança se concentre durante o



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

seu momento de trabalho, ela visualize todos os seus colegas. É nessa linha também que Montessori desenvolveu as atividades de normatização, onde o professor tem que fazer os alunos se concentrarem, trabalhar o silêncio, o desabrochamento e em seguida o relaxamento.

Um ponto que merece destaque é que na educação infantil, todas as atividades são realizadas utilizando os tapetes, onde a criança é estimulada a trabalhar com os materiais apenas em cima deles, delimitando seu espaço de trabalho, dessa forma, o aluno aprende a se organizar dentro do seu espaço físico de trabalho e respeitar o espaço dos colegas.

Para as professoras das Escolas A e B foi perguntado se tinham domínio dos materiais montessorianos disponíveis nas salas ambientes e todas foram unânimes em afirmam que tem domínio sobre todos os materiais das salas ambientes, porém não indicaram se há alguma formação específica para utilizar estes materiais em suas escolas e/ou se fizeram cursos específicos para tal uso.

Sobre o domínio dos materiais montessorianos Röhrs (2010) lembra a ideia inicial de Montessori, que seria que a criança trabalhasse os materiais de maneira independente, contudo, as ações deveriam ser coordenadas por um adulto, o objetivo era deixar as crianças se autoavaliar, para que as mesmas percebessem ou não se conseguiriam realizar a atividade, pois para Montessori, o fundamental, era que seu material didático fosse concebido de forma a permitir a situação concreta e imediata para favorecer a abstração.

No Bloco III que tratava da caracterização quanto ao atendimento dos alunos com deficiência intelectual nas Escolas A, B e C, primeiramente se questionou quanto ao nível/modalidade em que as professoras atuam em suas respectivas escolas que atuam com alunos com deficiência intelectual destas, 09 atuavam na Educação Infantil e 06 na Educação Especial.

Ao serem questionadas se possuíam uma formação específica ou capacitação para trabalhar com alunos com deficiência, transtorno e altas habilidades e superdotação e transtornos funcionais específicos, 11 das professoras disseram ter Pós-graduação *lato sensu* em áreas relacionadas como Educação Especial e Psicopedagogia, nenhuma indicou ter cursos de extensão e/ou Pós-graduação *stricto sensu*.

Um fator curioso na aplicação deste questionário é que nesta questão foi revelado que um fator que nega a resposta da segunda questão do Bloco I que tratava quanto à formação em nível



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de graduação, pois 04 professoras da escola A, afirmam somente aqui que não possuíam nenhuma formação específica para atuar com alunos com deficiência, pois ainda não estão graduadas, ferindo a obrigatoriedade de formação em magistério ou licenciatura em Pedagogia segundo o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, outro fator é que a falta de uma formação específica para atuar com alunos com deficiência vai de encontro com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 1996; 2008).

Quanto ao número de alunos com deficiência, transtornos, altas habilidades/superdotação e transtornos específicos em cada sala pesquisada: 01 professora da escola A possui 03 alunos com deficiência, mas “considera apenas 01 aluna” por achar que é à única que merece atenção; 02 professoras possuem 02 alunos com deficiência em cada uma de suas salas; 01 professora afirma ter 04 alunos com deficiência em sua sala; 01 professora disse ter 01 aluno com deficiência.

Na Escola B, 03 professoras afirmam não terem alunos nessas condições, apesar de cada uma ter 01 aluno com diagnóstico em sua sala. 02 professoras afirmaram ter 01 aluno com deficiência em cada uma de suas salas.

Na Escola C, 02 professoras afirmaram ter 05 alunos com deficiências, 02 professoras afirmaram ter 04 alunos, 01 professora afirmou ter 03 alunos com deficiências.

Nenhuma das professoras das Escolas A, B e C afirmou ter alunos com transtornos, altas habilidades/superdotação e transtornos específicos.

Sobre a quantidade de alunos apenas com deficiência intelectual em cada uma das salas: na Escola A, 01 professora disse ter 02 alunos com esta deficiência e 04 professoras afirmaram ter 01 aluno.

Na Escola B, cada uma das professoras disse ter 01 aluno com deficiência intelectual em cada uma de suas salas. Já na Escola C, cada professora afirmou trabalhar com pelo menos 02 alunos com deficiência intelectual em suas salas.

Esse quantitativo de alunos com deficiência chama atenção juntamente com os dados da Prefeitura Municipal de São Luís (2014), que apontam 1069 alunos com deficiência intelectual atendidos pela rede no último ano.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Questionadas sobre que aspecto do método Montessori proporciona uma melhor situação de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Todas as professoras das Escolas A e B disseram que nas vivências oferecidas em cada uma das salas ambientes e, as professoras da Escola C apontaram que apenas com a utilização dos recursos didáticos montessorianos já há o favorecimento para a aprendizagem desses alunos.

Afirmando o que Silvestrin (2012) também viu em sua pesquisa que o trabalho com esses alunos não é algo que deve ser trabalhado de forma separada, visto que esta metodologia leva em conta que a criança é um ser único e apresenta necessidades diferentes.

Sobre qual apoio a utilização do método Montessori poderia lhes auxiliar no atendimento de alunos com deficiência intelectual, as professoras da Escola A apontaram o princípio de normalização, pois este oportuniza a autodisciplina, tão necessária para esses alunos. As professoras da Escola B, disseram que a educação sensorial seria a mais relevante, por trabalhar com as noções da qualidade dos corpos, que é uma área em que esse grupo de alunos sempre sente dificuldades durante a realização das tarefas. As professoras da Escola C indicaram que as atividades de vida prática, pois esse grupo de alunos tem muita dificuldade em realizar tarefas cotidianas.

Sobre essa questão, Röhrs (2010) comenta que Montessori propôs como princípios fundamentais a liberdade e a disciplina, ressaltando que uma ação não podia ser conquistada sem a outra, fatores esses tão necessários para o trabalho sobre os princípios de autonomia trabalhados no atendimento de crianças com deficiência. Dentro desses conceitos, propostos por Montessori, encontra-se a normalização, que a criança faz a si mesma, pois é visto como um equilíbrio natural da criança entre o corpo e o psíquico, visto que a partir do princípio de normalização a criança aprende a cumprir regras de forma harmônica, é um processo de autodisciplina.

Conclusões

A proposta de uma educação infantil inclusiva centrada no princípio de autonomia e de liberdade da criança são também alvo do método da médica e educadora Montessori, a qual propôs



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

um sistema que não apenas revolucionou a forma de perceber a criança, mas a tornou um sujeito ativo no processo ensino aprendizagem.

Montessori ao dar voz a um ensino baseado no desenvolvimento dos sentidos proporciona espontaneidade, dando oportunidade e liberdade à criança. Na perspectiva montessoriana, em que os alunos costumam trabalhar em grupos ou individualmente, com materiais acessíveis e que vão de acordo com cada particularidade e necessidade de cada aluno apontam a importância assim como em uma perspectiva de educação especial inclusiva de trabalhar as potencialidades e as dificuldades das crianças de forma individual, mesmo que esteja realizando uma atividade em grupo.

O professor que atua nessa faixa etária, durante o momento de aprendizagem dos alunos, assume uma postura de observador, em que deve apenas facilitar o processo entre o educando e o material, proporcionando situações que trabalhem a autonomia e a liberdade da criança. Apontando aqui um aspecto relevante e diferencial nessa metodologia, em que o objeto de estudo não seria o professor, tão pouco o método, para Montessori, o que interessa é que todo o ambiente seja preparado para a criança, porque ela é o centro da própria aprendizagem.

Mediante estas questões apontadas, acredita-se, que esta reflexão sobre a contribuição do sistema Montessori para a construção de uma concepção de educação infantil realmente inclusiva possa contribuir de forma positiva para o atendimento das necessidades educacionais específicas das crianças pequenas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. O embrião do espírito. **Viver Mente e Cérebro**. Coleção Memória da Pedagogia–Montessori. São Paulo: Duetto Editorial, p. 28-37, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MANACORDA, Mario Alighiero et al. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** Cortez, 2002.

MONTESSORI, Maria; **A mente da criança: mente absorvente.** DA SILVEIRA, Pedro. [trad] 1965.

ORGANIZAÇÃO MONTESSORI DO BRASIL. Montessori: sistema. [Rio de Janeiro, 2010]. Disponível em: < <http://www.omb.org.br/montessori.php>>. Acesso em: jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Quadro demonstrativo de técnicos – escolas - 2014.** São Luís: Superintendência da Área de Educação Especial, 2014.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori.** Fundação Joaquim Nabuco, 2010

SILVESTRIN, Patrícia. **Método Montessori e inclusão escolar:** articulações possíveis. 2012.